

De Pai para Filha

Por mais de uma hora, o senador José Sarney ocupou a tribuna do Senado e responsabilizou o Executivo pela operação de busca e apreensão levada a efeito por intermédio da Polícia Federal no escritório da firma de propriedade de sua filha Roseana Sarney, governadora do Maranhão, e seu marido Jorge Murad. De saída, ressalvou que não falava como pai nem como senador do PMDB. Declinou a condição de ex-presidente da República e alegou preocupação maior com o destino da própria democracia.

Prevaleceu, porém, no orador, o sentimento do pai que dirige o destino político da filha. Entendeu a operação policial determinada pela Justiça como manobra do candidato do PSDB, por intermédio do ministro da Justiça, a quem está subordinada a Polícia Federal, embora a autorização de invadir o escritório da empresa da filha e do genro tenha procedência judiciária.

O senador Sarney não defendeu a filha e o genro. Valeu-se do velho recurso do secretário da II Internacional, George Dimitrof, quando, acusado por um tribunal alemão de mentor do incêndio do Reichstag, em vez de se defender preferiu atacar o próprio governo nazista. Sarney investiu contra o presidente Fernando Henrique considerando-o interessado em enfraquecer a pré-candidatura presidencial de Roseana em favor do candidato do PSDB.

Enfático quando sobe à tribuna, o ex-presidente aproveitou a oportunidade para cobrir de suspeita as eleições deste ano e anunciar a disposição de pedir à ONU e à OEA o envio de observadores internacionais para fiscalizarem o pleito em todo o país. Quem pode cuidar do maior

pode se dispensar do menor: o senador pelo Amapá não abordou a questão de fundo da investigação que apura a roubalheira na Sudam nem a circunstância de que o genro, gerente de Planejamento do governo do Maranhão, não se licenciou da firma que participa de obras públicas. Nada havendo contra a filha, a operação, a seu ver, se voltou para o genro pelo gosto do escândalo.

Sobre a invasão – por ordem da Justiça – do escritório da Lunus, empresa do genro e da filha, o ex-presidente Sarney não dividiu equitativamente a responsabilidade pela importância de R\$ 1,34 milhão em espécie encontrados na gaveta da mesa na sede da empresa. Murad fica incumbido de explicar, pela sétima vez, o mistério que virou apenas crime eleitoral porque a lei não autoriza pré-candidatura a levantar dinheiro, muito menos por intermédio de um escritório particular. Entregou o genro aos cuidados da Justiça Eleitoral, com a ressalva de que “o acusado não sabe de que é acusado”. A governadora, aliás, reclamou do presidente da República a indelicadeza de não ter sido avisada da invasão do escritório pela Polícia Federal, mesmo com autorização da Justiça.

Assim que o senador desceu da tribuna, o líder do governo, senador Arthur da Távola, a ocupou e considerou desabafo de pai a exaltação retórica. Lembrou que a Lunus não está sozinha: há três anos mais de 70 empresas localizadas nos domínios da Sudam sofreram também a ação da Polícia Federal, devidamente munida de mandados de busca e apreensão. E outro senador lembrou, ainda, que, durante o governo militar, busca e apreensão eram dispensadas de mandados judiciais. Os tempos são outros.